

Virtude Pública

Durante toda a semana, a rede de televisão educativa — a TVE — foi a única a transmitir ao vivo os depoimentos prestados à CPI do Orçamento. O fato merece registro, pois é o mais eloqüente sinal de que o Poder Público está de fato empenhado em conferir transparência ao processo político e submeter aos olhos da nação a dramática investigação que o Legislativo faz sobre si mesmo.

A transmissão é um serviço prestado à democracia e ao fortalecimento da cidadania brasileira. Uma demonstração de apreço pela verdade, de confiança nas virtudes do auto-exame e do aperfeiçoamento democrático, de fé na capacidade da banda boa do Congresso em punir os parlamentares que traíram a confiança do povo.

O canal público funcionou como canal público. Deveria ser sempre assim, mas nem sempre é assim. No Brasil, ocorre mais com freqüência a perversa confusão do público com o estatal. Como se algo sustentado por dotação orçamentária, portanto pelo contribuinte, pudesse ser apropria-

do de forma privada pelo ocupante temporário do poder.

Diz-se habitualmente que a emissora é do governo, frase que lhe dá autorização implícita para se comportar de forma governamental, com linguagem chapa-branca, oficialasca e discriminatória dos rivais políticos das pessoas e partidos no poder. Evidentemente, tal entendimento da coisa pública revela um entranhado “patrimonialismo”, velho vício que consiste em confundir o patrimônio público com o privado. É um mal-entendido.

A transmissão, na verdade, não teve como objetivo maior expor os eventuais fraudadores à execração pública, mas dar a público a saudável reação dos parlamentares que honram seu mandato e situam o interesse da nação acima do zelo corporativo. Regimes ditatoriais e autoritários preferem esconder ou camuflar essas realidades.

Por isso tudo, a transmissão dos depoimentos e das inquirições da CPI do Orçamento pela emissora pública foi educativa. Na acepção política da palavra.